



TCE faz levantamento sobre arrecadação nos municípios

Um levantamento feito pela Coordenadoria de Controle Externo (CCE), com base nos documentos de prestação de contas 2013/14, mostra que muitos municípios de Pernambuco precisam melhorar a sua arrecadação tributária. A receita própria das cidades, que inclui IPTU, ISS, ITBI, Cosip e Dívida Ativa Tributária, apresentou um crescimento em 2014 de 16,21%, em comparação com o ano anterior, mas, segundo o estudo, esse índice poderia ser melhor, caso os impostos municipais fossem efetivamente arrecadados.

DESTAQUES:

- **COSIP** (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública) - 23% dos municípios não arrecadaram.
- **IPTU** (Imposto Predial e Territorial Urbano) - 53% não arrecadaram mais do que R\$ 2 por habitante. Quatro municípios não arrecadaram.
- **ITBI** (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) - Dez municípios tiveram zero de arrecadação.
- **Dívida Ativa Tributária** - 35 municípios não arrecadaram qualquer valor.

ALERTA ÀS PREFEITURAS — O TCE emitiu alerta às prefeituras recomendando mais empenho dos gestores no que se refere à arrecadação tributária, em cumprimento ao artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da cobrança dos tributos municipais. O alerta serve para mostrar aos gestores que, além de um dever, eles têm uma ferramenta à sua disposição para aumentar a receita própria, reduzindo a dependência do governo federal. "Cobrar os tributos já previstos é um dever legal dos gestores municipais e ainda ajudará a atenuar os efeitos da crise econômica. Cada real arrecadado daqueles que podem e devem pagar, vai possibilitar melhorias, por exemplo, na educação, na saúde e na vida de todos os cidadãos", afirmou o presidente do TCE, conselheiro Valdecir Pascoal. O Tribunal de Contas enviará o estudo à Amupe e se coloca à disposição para orientar os Prefeitos.

Prestações de Contas 2014: TCE disponibiliza dados de processos formalizados

O TCE disponibilizou em seu site todas as informações sobre os processos formalizados das Prestações de Contas 2014. A consulta pode ser feita na página do processo eletrônico www.tce.pe.gov.br/processo, na área Consulta de Processos. Entre os dados disponíveis na página estão o nome do relator, a data da formalização e o estágio atual do processo. Além da documentação, constam ainda informações sobre os responsáveis pela gestão dos órgãos, despesas realizadas, processos licitatórios, contratos e convênios celebrados.



Atricon, por meio da Portaria de nº 03/2015, assinada pelo Presidente Valdecir Pascoal, criou uma Comissão Temática que ficará responsável pela elaboração de uma proposta de Resolução com as diretrizes que vão orientar os Tribunais de Contas na fiscalização da aplicação dos recursos públicos em educação, especialmente do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O grupo conta com a participação de membros e servidores especialistas dos Tribunais de Contas de todo país. A comissão terá um prazo de 60 dias para apresentar o texto base, que será divulgado no site da Atricon para consulta pública e sugestões de membros e servidores. Posteriormente, será submetido à aprovação da Assembleia Geral da Atricon, durante o XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas, em Recife, no mês de dezembro.

Atricon cria comissão para elaborar diretrizes de fiscalização do PNE

Atricon, por meio da Portaria de nº 03/2015, assinada pelo Presidente Valdecir Pascoal, criou uma Comissão Temática que ficará responsável pela elaboração de uma proposta de Resolução com as diretrizes que vão orientar os Tribunais de Contas na fiscalização da aplicação dos recursos públicos em educação, especialmente do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O grupo conta com a participação de membros e servidores especialistas dos Tribunais de Contas de todo país. A comissão terá um prazo de 60 dias para apresentar o texto base, que será divulgado no site da Atricon para consulta pública e sugestões de membros e servidores. Posteriormente, será submetido à aprovação da Assembleia Geral da Atricon, durante o XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas, em Recife, no mês de dezembro.



ATRICON

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

ção de membros e servidores especialistas dos Tribunais de Contas de todo país. A comissão terá um prazo de 60 dias para apresentar o texto base, que será divulgado no site da Atricon para consulta pública e sugestões de membros e servidores. Posteriormente, será submetido à aprovação da Assembleia Geral da Atricon, durante o XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas, em Recife, no mês de dezembro.

TV TCE mostra o resultado da atuação do Tribunal em Escolas de Tacaimbó

Esta semana a TV TCE traz uma reportagem sobre os benefícios de um Termo de Ajuste de Gestão (TAG), assinado entre o TCE e a Prefeitura de Tacaimbó, agreste do estado. O termo foi assinado depois que uma auditoria apontou irregularidades nas escolas públicas municipais. O documento orientou a gestão para as melhorias a serem feitas, como reforma de prédios, recuperação



das instalações sanitárias e capacitação dos profissionais. Mais de 3 mil alunos foram beneficiados pela atuação do TCE.

Programa TCEndo Cidadania capacita conselheiros municipais em MG

O Programa TCEndo Cidadania esteve em Itajubá, Minas Gerais, para capacitar conselheiros municipais na Escola do Legislativo Professora Eraídes Rabelo. O evento, realizado na Câmara Municipal, é resultado de uma parceria entre a Escola de Contas Públicas do TCE-PE e a Associação Brasileira de Escola do Legislativo e de Contas (Abel) e tem por objetivo fomentar o controle social. Ao todo foram capacitadas 49 pessoas das áreas de Saúde, Turismo, Cultura, Meio Ambiente, Educação e Assistência social. O curso foi ministrado pelo professor André Ricardo Batista, Auditor de Contas Públicas.



CORTESIA: ECPPBG